



1986 - UM NOVO CICLO NA VIDA PORTUGUESA

1

De todos os futuros que previmos nenhum corresponde ao nosso presente. ~~É~~^É a grande aventura intelectual do nosso tempo: as ~~noças~~ certezas mais alicerçadas, as ~~noças~~ convicções mais firmes, foram postas em causa pela complexidade da mudança que vivemos. A realidade ganha cada vez mais uma dimensão problemática. É esta a nossa experiência - inquietante e ao mesmo tempo exaltante - do mundo contemporâneo. E, para nós, portugueses, uma tal experiência ganha contornos mais fundos, mais vincados, mais decisivos, mais insistentes: mudamos muito depressa em quase tudo, ou tivemos essa ilusão, e começamos a mudar a própria ideia de mudança. Fundação Cuidar o Futuro

Sabemos, no entanto, que há um tempo para mudar e um tempo para consolidar o que se mudou. Temos consciência do que nos ensina a história e a sociologia: um período de alteração, deslocação e instabilidade, não pode durar mais do que dez ou doze anos. Precisamos agora de fixar, definir, instituir, estabilizar - dar serenidade e firmeza à nossa esperança de Abril. Isto é, abrir um novo ciclo na vida portuguesa.

A minha candidatura tem, no seu ponto de partida, esse sentimento de que o modo complexo como o mundo contemporâneo nos desafia é o melhor estímulo para o nosso desejo de conhecer, intervir e participar. Mas tem sobretudo, no plano humano, a convicção muito viva de que o povo português ~~tem~~^{possui} a noção ~~claro~~ clara de que uma página está a ser virada. Senti, não apenas através da obstinação fria mas significativa das sondagens, mas também, e principalmente, através dessa forma directa e pessoal de exigência que me chegou no contacto com muitos portugueses de muitos lugares de Portugal, que uma certa relação se ia formando e re-

forçando - a ponto de se tornar irreversível - entre o meu modo de colocar as questões e definir as grandes linhas de mudança e a ~~forma~~ ^{forma} como ~~se~~ ~~manifestava~~ um número cada vez maior ia manifestando esse desejo de mudar. Uma tal convergência não me podia deixar indiferente.

É óbvio que estou consciente de todas as dificuldades. Sei - e o correr dos anos ajuda a saber melhor, e a não dramatizar este saber - que o que realizamos fica sempre aquém do que pretendíamos. Sei que qualquer ponto de chegada nunca é o que imaginávamos à partida. Mas é isso precisamente ^o que torna a acção atraente e estimulante. E é isso também que nos ajuda a superar as ~~eventuais~~ ^{eventuais} frustrações do percurso. Estamos num limiar de maturidade em que nos é possível ~~na~~ não somente consolidar o que ganhamos como gerir com mais realismo o que desejamos ganhar.

Fundação Cuidar o Futuro

2

O ciclo que se fecha na vida portuguesa foi marcado pelo exercício equilibrado, firme e dignificante, da função presidencial pelo general Ramalho Eanes, em termos que lhe garantiram um imenso prestígio e popularidade junto dos portugueses. Um novo Presidente só pode retomar ~~este~~ ^{este} exemplo, dando à sua acção uma continuidade qualitativamente ajustada às novas circunstâncias. Porque, se ^{hádamos,} ~~se~~ ^{mercê} de uma condução segura e lúcida dos destinos do país, ~~podemos~~ evitar graves riscos e contornar delicados escolhos, não conseguimos ^{ainda} ~~contudo~~, eliminar da vida portuguesa muitos factores de bloqueamento e inibição. E, por outro lado, novas questões se colocam: os problemas inúmeros que decorrem da plena integração de Portugal na CEE ou os efeitos ainda não inteiramente calculados e calculáveis dos resultados das eleições de 6 de Outubro.

A próxima eleição presidencial - que desde sempre considerámos uma etapa decisiva na vida dos portugueses - tem como característica ~~fundamental~~

dominante o facto de atribuir aos portugueses directamente, ~~através dos~~
~~mecanismos políticos de outras instâncias~~, a capacidade de proporem, atra-
vés de mecanismos de mobilização e organização legalmente consagrados,
os candidatos que lhes parecem mais adequados à função e às circunstân-
cias. Um tal dispositivo constitucional dá ao Presidente uma relação
muito específica com o povo português: ele ~~deverá~~ ^{deverá} ser, de facto, o Pre-
sidente de todos os portugueses. Por isso mesmo, a sua independência
tem de ser clara e inequívoca. Só assim estará em condições de se equi-
var ao desgaste dos jogos partidários. Só assim poderá dialogar com
todos os protagonistas da vida política.

No momento em que o quadro partidário português se tornou mais fra-
gmentado e complexo, e em que a situação social e económica ~~portuguesa~~
exige decisões rápidas, claras, eficazes e coerentes, a função presi-
dencial torna-se decisiva e a independência do futuro Presidente impres-
cindível. Mas a independência não é algo que se obtém por um lance de
mágica em combinações apressadas de última hora. É, sim, um modo de
estar na política que se vai progressivamente afirmando na consciência
de todos. Só assim a independência é transparente.

Estou certa de que a minha candidatura é, neste momento, aquela
que, de uma maneira clara e inequívoca, está em condições de afirmar a
sua plena independência. Penso que isso é evidente para todos os portu-
gueses, e talvez esteja aí a melhor chave para entender o que alguns
consideram o "mistério das sondagens". Sobretudo, porque se tornou tam-
bém muito nítido que a independência da minha candidatura não é uma
independência contra os partidos, mas uma forma de assegurar o entendi-
mento e a colaboração dos partidos na condução dos destinos portugueses

O Presidente da República é ~~importante~~ o único órgão de soberania
eleito personalizadamente, por sufrágio universal e com maioria absolu-
ta, com um tempo de mandato superior ao de qualquer outro órgão, e com
poderes de dissolução do Parlamento. Tais condições pretendem garantir

a independência da função e evitar o risco da excessiva partidarização das instituições. Torna-se, por isso, absurdo que se pretendam negociar poderes constitucionais a troco de ~~alguns~~ apoios partidários. Situo-me, ^{assim} ~~portanto~~, num campo diferente daqueles que defendem a necessidade de compromisso entre o Presidente da República e uma qualquer maioria parlamentar como condição de "governabilidade". Dada a alternância democrática, as maiorias são flutuantes e, como sabemos, o mandato presidencial assegura a continuidade. Vincular o Presidente a uma maioria parlamentar seria sujeitá-lo às vicissitudes das sucessivas eleições legislativas. Um Presidente da República verdadeiramente independente garante muito melhor a estabilidade do que qualquer Presidente da República aparentemente independente e na realidade comprometido com uma maioria de hoje que pode já não ser a maioria de amanhã.

É, portanto, muito claro que a lógica da minha candidatura postula que o Presidente da República nunca pode deixar-se enredar na teia dos jogos partidários. Esta mesma lógica torna evidente que não faria sentido tentar converter o movimento de apoio à minha candidatura em qualquer formação de tipo partidário. Isso seria negar os pressupostos de que parti. O papel do Presidente da República é, sim, o de conferir a maior dignidade a todas as instituições e a todas as formas organizadas de manifestação da vontade democrática, utilizando para tal todos os instrumentos legais de que dispõe, e, em particular, o Conselho de Estado onde os principais partidos têm participação e voz activa.

3

Gostaria que se tornasse muito claro aos olhos de todos o meu entendimento da função presidencial.

~~Creio que, por um lado,~~ ^{Considero que} o Presidente da República tem de ser o

mais realista dos protagonistas da vida política. Embora sensível à argumentação e força das ideologias que alicerçam os programas partidários, ele deverá ter a coragem de afirmar que a complexidade dos problemas das sociedades contemporâneas é sempre maior e mais profunda do que nós supomos. A vida está antes da teoria, o real está antes das ideologias. O Presidente da República tem que procurar situar-se do lado da vida e do real e impor as suas razões irrecusáveis contra as soluções demasiado fáceis, ou os conflitos demasiado inúteis com que, por vezes, as ideologias procuram justificar-se ou reforçar-se. Repito: ele tem de ser o mais realista dos protagonistas da vida política. Quando falo na necessidade de uma matriz cultural para a acção política (o que alguns levianamente confundem com o gosto pelas artes e as letras), pretendo acima de tudo chamar a atenção para o facto de que só a matriz cultural de uma acção permite equacionar a complexidade dos problemas com que nos confrontamos. A matriz cultural inscreve-se na realidade mas envolve o sujeito que pretende intervir nessa realidade. Cabe ao Presidente da República, não a formulação das vias de solução, mas o uso dos instrumentos culturais que permitem equacionar os problemas, superando, tanto quanto possível, a sua complexidade, acentuando as linhas de convergência na procura de soluções, eliminando os factores de subjectividade, emotividade, magia ou dogmatismo, e encontrando as vias institucionais para dar eficácia à acção política.

Ser realista é tentar, no extremo das nossas capacidades, colar ao real. É também saber, e ser o primeiro de todos a poder afirmá-lo, que não há soluções ideais. Mas é também procurar que o desejo das melhores soluções se não extinga no coração dos portugueses. É certo que a política é um campo de relação de forças - e seria ingénuo ou angelical tentar esquecer isso. Mas cabe ao Presidente da República assegurar a permanência, diria mesmo: a insistência, de algo que está para além disso. Isto é, o Presidente da República deverá ser um referencial da

identidade nacional, um referencial da continuidade do Estado e das instituições, um referencial da unidade última de todos os portugueses, um referencial de solidariedade na demanda das soluções mais justas e eficazes, um referencial de universalidade e de contemporaneidade, isto é, da abertura ao mundo dos nossos dias, sem a qual a nossa identidade não ~~se chega a actualizar.~~ ^{se chega a actualizar.}

Em segundo lugar, e na medida em que a cena política se circunscribe inevitavelmente a determinados limites, cabe ao Presidente da República procurar corporizar a vontade e os interesses daqueles que, por uma razão ou outra, se vêem excluídos ou marginalizados dessa cena política. É a voz disponível e atenta para ~~aqueles~~ ^{os} que não conseguem fazer ouvir a sua própria voz.

Em terceiro lugar, o Presidente da República é aquele que tenta compensar o imprescindível realismo da sua actuação com o facto de se afirmar como portador de um projecto nacional capaz de mobilizar os portugueses. Por "projecto nacional" entendo aquele conjunto de princípios, valores e grandes objectivos que definem a identidade da nação portuguesa, e que exprimem as linhas fulcrais do nosso querer comum em domínios tão diversos como o político, o económico, o social e o cultural. Não pressuponho, é claro, uma unanimidade, como se não soubesse que a sociedade portuguesa, como qualquer outra, está atravessada por contradições, choques de interesses ou concepções divergentes. Mas considero que é necessário trabalharmos no sentido de alcançar a máxima ^{convergência} ~~consonância~~ possível em torno dos grandes objectivos nacionais. ~~Recomendo, no meu programa de candidatura, tentar enunciar esses grandes objectivos nacionais.~~

Será isto "populismo"? Surpreende-me que esta acusação^{me} seja ~~comum~~
~~realizada frequentemente~~ feita. É pena que os seus autores nem sempre
expliquem bem o que está em causa. Acima de tudo, parecem pretender
insinuar que haveria no meu projecto político algo como que uma rela-
ção mais ou menos mística ou messiânica com o povo que viria trazer à
sociedade portuguesa a desordem, a convulsão permanente, o caos. É
exactamente o contrário que pretendo: a estabilidade, a serenidade,
a maturidade, no processo de auto-organização do nosso viver comum.

Em rigor, diz-se que um responsável político tem um comportamento
"populista" quando, na ausência de uma proposta política coerente ou
de uma plataforma programática nítida, procura fazer ~~vale~~ o que hoje
se designa como a sua "liderança" numa ligação directa com as massas
populares, mobilizando-as (ou desmobilizando-as) ao sabor das suas
conveniências (ou do que julga ser as conveniências dessas massas),
e usando-as demagogicamente, com discursos ~~que~~ se dirigem à pura emoção
ou irracionalidade, para legitimar, ou mesmo plebiscitar, a sua política
sem quaisquer mediações, inorganicamente. Ao "populismo" estão associa-
das as ideias de vazio programático, demagogia e instrumentalização (sem
ética) da vontade popular.

Será preciso acrescentar que não me reconheço nessa imagem, e que
nunca estarei com aqueles que porventura nela se queiram reconhecer?
Não confundo, é verdade, e peço por isso que não confundam, "populismo"
com popularidade. A popularidade é algo em que julgo poder reconhecer-
me e que me responsabiliza: é sobretudo uma forma (às vezes patética)
de cada um dizer a cada um que não estamos sós. Mas, porque a popula-
ridade me é algo que merece o maior respeito e sentido de dádiva, não
aceito que a confundam com as águas turvas de um qualquer "populismo".



A principal função do Presidente da República é a de cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Embora não julgue que existam textos ^{intocáveis} ~~inquestionáveis~~, e reconheça que em todos os textos ^{aparecem} ~~existem~~ forçosamente aspectos criticáveis e ideologicamente datáveis, ^{plauso} ~~plauso~~ que seria extremamente inoportuno tentar reabrir de imediato um processo de revisão constitucional, que poderia mais uma vez, e ao gosto dos requintados detentores das armas jurídicas, servir de alibi para o adiamento da solução dos nossos problemas.

Por outro lado, creio que ainda se não fez plenamente uma leitura viva e enriquecedora da nossa Constituição. Tem-se valorizado nela os aspectos mais ostensivamente ideológicos e esquecido muitas das suas virtualidades em diversos campos: lembro, por exemplo, a definição de múltiplas formas de participação, a questão do referendo de âmbito local, a concepção do Plano. Além disso, penso que há na nossa Constituição um ordenamento jurídico e cultural que associa a democracia política à democracia económica, à democracia social e à democracia cultural. E um tal ponto só pode ser uma das linhas mestras do meu projecto político.

Sei, no entanto, que a vida precede a lei e que todo o texto é um texto histórico. A Constituição, qualquer Constituição, surge como codificação de uma experiência. Creio que precisamos de ler a nossa Constituição de modo a libertar todas as potencialidades e forças criativas que permitam o acesso a novas experiências de que resultem futuros textos codificadores. É para isso que pretendo contribuir. E por isso mesmo afirmo que um novo ciclo se abre na vida portuguesa.

Considero, portanto, que a democracia política se prolonga e cons

solida em formas de democracia económica, social e cultural. ~~Acusam~~
~~me~~ ^{Têm-me acusado} ~~habitualmente~~ de pretender estatizar a sociedade e ~~de pretender~~
desencadear incontrolláveis movimentos sociais. É absurdo: ~~é~~ simples ~~é~~
ver que uma coisa contradiz a outra, e que eu não pretendo nenhuma
delas. Estas acusações só podem revelar desentendimento ou má-fé.

Pretendo, ^{isso sim,} ~~fundamentalmente~~ aprofundar a democracia através do
desenvolvimento de múltiplas formas de participação individual e dos
movimentos sociais (que hoje apenas existem de forma embrionária).
Mas penso também que é indispensável encontrar as formas jurídicas
que permitam articular essas diversas modalidades participativas ~~para q~~
~~se não por~~ ^{se não por} em causa a eficácia da acção política.

Cabe ao Presidente da República estar atento aos sinais de mudan-
ça e expressão, libertar as virtualidades criativas da sociedade civil,
animar as iniciativas ~~das~~ e os movimentos dos cidadãos, assegurar o exe-
cício da criatividade e da imaginação. Uma sociedade só é livre quan-
do é capaz de se imaginar a si mesma. Nesse sentido, o Presidente da
República ^{constitui} a principal referência da liberdade.

Mas, ao mesmo tempo, o Presidente da República deve tentar racio-
nalizar as formas de intervenção dos cidadãos. Para isso, precisa de
definir áreas de problemas e de reconhecer os actores envolvidos nesses
problemas. Isso exige uma redefinição da noção de "parceiro social".

Só a imaginação, a participação e a racionalidade permitem o de-
senvolvimento. Sempre tenho afirmado que democracia e desenvolvimento
são duas realidades indissociáveis.

Estou de acordo quando hoje se diz que é necessário substituir as
estéreis querelas jurídicas ou ideológicas pela formulação racional e
transparente dos problemas económicos ou técnicos. A vida política por-
tuguesa tem sofrido por excesso de advogados e excesso de juridismo.
~~Espero que a democracia seja sempre a mesma.~~

] Sim, o económico sobrepõe-se ao jurídico. Mas acrescento: o humanismo sobrepõe-se ao económico. Volto, assim, à questão da matriz cultural para um projecto nacional. A ciência económica detém os instrumentos decisivos, mas é, por isso mesmo, uma ciência instrumental, subordinada à definição de valores e ao estabelecimento democrático de fins.

Contudo, os próximos anos não poderão deixar de exigir de nós o máximo da nossa competência económica e formação técnica: temos de levar a bom termo, e sem custos demasiado pesados para os portugueses, a questão da plena integração na CEE; temos de afrontar, sem recalca-mentos ou tibiezas, a questão da nossa dívida externa; temos de aproveitar as potencialidades do sector empresarial do Estado, avançando para formas modernas de gestão e participação, em vez de o colocar ao serviço de clientelas ou fazer dele pretexto para investimentos duvidosos, e, em alguns casos, desastrosos; temos de consagrar e levar à prática a função constitucional do Plano, que deverá ser o lugar de definição, participada e assumida, das grandes orientações da política económico-social; temos de introduzir a racionalidade na pesquisa das actividades efectivamente necessárias ao desenvolvimento da sociedade portuguesa, de modo a produzir riqueza e criar emprego.

8

Uma situação tão complexa como esta não pode deixar de nos responsabilizar. No plano estritamente humano, sinto que cada um de nós espera muito de todos os outros. Percorrer o País é aprender a ouvir essa dispersa voz da inquietude e da esperança. Mas também não sou indiferente a esta espécie de desafio intelectual que nos é colocado. Temos ^{à nossa frente} ~~perante nos~~ uma imensa questão portuguesa a resolver, e para a qual é necessário recorrer ao máximo da nossa capacidade de pensar e decidir.

É face às grandes dificuldades que as experiências se tornam humanamen-
te empolgantes. Por isso mesmo, não desistirei ^{de assumir perseverantemente as} ~~em quaisquer circunstâncias~~
^{minhas responsabilidades} ~~em quaisquer circunstâncias~~. Aliás, nenhum português pode desistir de querer con-
tinuar Portugal.

Maria de Lourdes Pinheiro

Fundação Cuidar o Futuro